

INVENTÁRIO DO APORTE DE RECURSOS DO PRODESA E SUA DESTINAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CHAVANTES

INVENTORY OF PRODESA RESOURCE SUPPORT AND YOUR DESTINATION OF THE CITY OF CHAVANTES

Felipe Augusto Roes Salgueiro¹

Área Temática: Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

RESUMO

A disponibilidade e o uso de tecnologia pelo pequeno e médio produtor são de valorosa importância para o incremento produtivo e o retorno econômico aos produtores e à sociedade com a qual se relacionam. A execução do controle dos investimentos públicos e a mensuração dos resultados alcançados são formas de garantir que os propósitos das políticas sejam efetivos e que invertam benefícios à população. A análise dos investimentos do Prodesa (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário) no município de Chavantes, estado de São Paulo, visa constatar quais os investimentos realizados no período de 2000 a 2016 e quais as melhorias percebidas pelos produtores beneficiados. O levantamento de dados foi feito através de pesquisa documental e por meio de entrevistas com produtores e gestores visa a mensuração dos resultados da aplicação da política, ação fundamentada por preceitos de modernas técnicas e teorias de gestão, como a gestão pública gerencial, a administração por objetivos e o *accountability*, ou o controle social. Os resultados da pesquisa mostram que os implementos adquiridos e disponibilizados aos produtores são eficazes e coerentes com a necessidades de seu público alvo, porém com uma subutilização por esses, o que compromete o alcance de bons resultados pelo programa e também de suas produções agrícolas.

Palavras-Chave: *Accountability*. Desenvolvimento local. Gestão pública. Política agrícola.

ABSTRACT

The use of technology and the availability of it to small and medium producers is a valuable important productive growth and economic return for producers and society to which they relate. The implementation of the control of public investments and measurement of results they reached is a way to ensure that the purposes of the policies that are effective and conditioned to reverse benefits to the population. Analysis of Prodesa (Support Program for the Development of the Agricultural Sector) investments in the city of Chavantes, São Paulo, aims to find which were the investments made from 2000 to 2016 and what benefits have been achieved by producers who have benefited. The survey conducted through documentary research and through interviews with producers and managers aims to measure the results of the application of the policy, action based on precepts of modern techniques and management theories, such as public management, management by objectives and the *Accountability*, or social control. The survey results show that the implements acquired are available to producers, are effective and consistent with the needs, but with underspend by them, which compromises the range of good results in the program and of their agricultural production.

Keywords: *Accountability*. Agricultural policy. Local development. Public administration.

¹ Especialista em Gestão Financeira, Contábil e Auditoria (UNESA), Graduado em Administração Pública (FECEA/UNESPAR) e em Agronegócios (FATEC/SP). E-mail: felipe.salgueiro@fatec.sp.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

O Prodesa, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, consiste em um dos programas de repasse do Orçamento Geral da União a diversos setores da economia, tendo como agente operador a Caixa Econômica Federal (CAIXA, 2016). Suas ações em Chavantes e seus consequentes resultados são diretamente afetados pela forma que foram planejados, implementados e como são atualmente geridos pelos agentes públicos que detêm a competência e delegação para esse controle. O reflexo da qualidade da governança municipal e sua relação de tomada de decisão conjunta com órgãos federais e locais condiciona o alcance dos resultados de ações do programa, visto que são elencadas no escopo de uma política pública, que deve ser acompanhada, medida e revista, como qualquer ação do poder público para a prestação de serviços à população, principalmente pelo fato de sua maior participação nas decisões por parte do poder público.

Para Silva (2007, p.1), “política pública é tudo que o governo faz. Em outras palavras, política pública não é o que o governo diz que faz nem o que ele pretende ou gostaria de fazer. Portanto, sempre haverá uma política pública”, independente dos efeitos causados por ela. Na elaboração da política pública se define quem decide o que, para quem, quando e com quais implicações. Considera a natureza do regime político vigente, grau de organização da sociedade civil e a cultura política existente (TEIXEIRA, 2002).

A política definida é implementada por uma forma de gestão, sendo que a gestão pública é todo o aparelhamento do Ente Público, no caso o Municipal, antecipadamente ordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação e as necessidades coletivas de seus munícipes (XAVIER, 2001). O modelo atual de gestão é o gerencial, relativamente novo, surgido na segunda metade do século XX, adequa as ações do estado às suas novas atribuições sociais e políticas, e acompanha o desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade global (PALUDO, 2012). Esses últimos deixaram mais evidentes os defeitos e morosidade do modelo de gestão anterior, o da administração burocrática (CHIAVENATO, 2012). A eficiência, contemplada em âmbito público com um dos princípios da administração no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007), torna-se imprescindível para o bom funcionamento do novo modelo de gestão.

Na área empresarial, o gerenciamento visa a maximização do lucro ao proprietário/acionista. Para o Estado, representa aumento do *accountability*, que é o controle social, aumento da transparência dos atos e gastos públicos e aumento da efetividade dos serviços, visto o aumento das demandas sociais e a restrição orçamentária face a estas

necessidades (PERDICARIS, 2009). Por surgir em um momento que a sociedade participa mais ativamente das decisões políticas, a nova administração pública enfatiza em seu discurso a democracia e a participação, com uma visão mais sociopolítica para as tomadas de decisão (PAULA, 2007).

Accountability é uma forma de transparecer as ações para responder às expectativas, parte do dever de um ente que exerce algum tipo de poder e responsabilidade sobre outra a prestar contas sobre sua conduta, poder esse exercido por normas internas e pressões externas. Atualmente, é reconhecida como um dos indicadores de qualidade da administração pública e da própria democracia, como processo de responsabilização de governantes por sua conduta de atos e/ou omissões. Esses avanços demonstram amadurecimento da cultura política, com a construção de mecanismos institucionais de controle e de sanção (SCHOMMER *et al*, 2012).

Neste contexto, a análise das ações do Prodesa, no município de Chavantes se faz pertinente, fundamentado nos preceitos da administração pública gerencial e *accountability*. O Programa visa a viabilizar a infraestrutura pública para agricultores, comunidades rurais e suas associações, com ações que permitam o aumento da produção, sua produtividade, comercialização, com armazenamento e escoamento da produção, e melhoria da qualidade dos produtos agropecuários (CAIXA, 2016).

Dentre as ações do Prodesa, estão a Energização Rural, com custeamento de projetos de eletrificação e geração de energia no meio rural, a de Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, com investimentos em mecanização rural e obras de engenharia civil e; ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, com ações exclusivas para que este possa aumentar com qualidade sua produção agropecuária (CAIXA, 2016).

O programa é um instrumento de política pública voltada ao agronegócio, com pouco conhecimento entre seus interessados (*stakeholders*), provavelmente por sua pouca divulgação. Os programas federais mais conhecidos para o apoio aos produtores rurais são aqueles compostos pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) ou Plano Safra do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os recursos desses programas são destinados a crédito para custeio e comercialização, investimento e seguro rural (MITIDIARI, 2016).

Os projetos e ações do Prodesa visam apoiar Estados, o Distrito Federal, municípios, associações e comunidades a desenvolverem e fomentarem o setor agropecuário de sua jurisdição. São recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), que são repassados

para seus beneficiários através de contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, agente financeira e delegada do programa pelo OGU (MITIDIARI, 2016).

Os programas têm diferentes ações e diferentes atores, porém todas as ações do Prodesa têm por objetivo viabilizar a infraestrutura pública aos agricultores, comunidades rurais e suas associações para promoverem o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e de sua comercialização (MITIDIARI, 2016).

Frente ao dito anteriormente, o presente estudo tem por objetivo analisar os investimentos do Prodesa no município de Chavantes, estado de São Paulo, com a constatação de quais investimentos foram realizados no período de 2000 a 2016 e quais são as melhorias percebidas pelos produtores beneficiados.

2 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza métodos científicos, através de uma abordagem quantitativa, compreende a realidade com a análise de dados brutos, recolhidos com instrumentos padronizados e neutros, como levantamento fotográfico, questionários e verificação de documentos oficiais. Centraliza-se pela objetividade e uso de preceitos matemáticos e estatísticos, descreve as causas de um fenômeno e as relações entre as variáveis (FONSECA *apud* GERHARDT, 2009). Com a abordagem qualitativa, descreve-se, compreende-se e explica-se o fenômeno, considera as relações entre o global e o local, social e natural, em busca de um resultado mais fidedigno possível à realidade (GERHARDT, 2009). A utilização conjunta das duas pesquisas permite recolher mais informações do que se poderia através de pesquisas isoladas (FONSECA *apud* GERHARDT, 2009).

A pesquisa é de natureza aplicada, ou seja, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, com interesse local. Seu objetivo é descritivo, com a descrição dos fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS *apud* GERHARDT, 2009). A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno, estabelece ou não correlações entre suas variáveis. Serve de base para a explicação de tais fatos, porém sem ter necessariamente esse compromisso (VERGARA, 2013).

Para se descrever um fenômeno de forma que possibilite seu conhecimento, com sua explicação ou não, são necessários meios de investigação, formas que revelem os fatos e seus motivos para a melhor compreensão e dimensão do fenômeno. Os meios utilizados serão pesquisa de campo, documental, bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa de campo é realizada empiricamente no local onde ocorrem os fatos ou naquele que dispõe dos elementos necessários para o conhecimento do fato, incluindo questionários ou entrevistas (VERGARA, 2013). O levantamento de dados em campo deu-se por pesquisa nas Secretaria de Meio Ambiente e Abastecimento de Chavantes e na Secretaria de Obras, juntamente com dados do Planejamento. A situação dos equipamentos foi verificada *in loco* na garagem municipal. Após verificados quais produtores fizeram uso dos equipamentos, um questionário estruturado foi aplicado junto àqueles beneficiados pelo programa para constatar a efetividade do uso dos equipamentos. A pesquisa de campo utiliza a coleta de dados junto a pessoas, com diferentes tipos de pesquisa (FONSECA *apud* GERHARDT, 2009). As entrevistas foram realizadas em setembro de 2016, com cinco entrevistados.

A pesquisa documental, também um exemplo de pesquisa descritiva, é realizada em documentos internos de organizações públicas e privadas, ou com pessoas (VERGARA, 2013). No âmbito da pesquisa, foram consultados contratos, minutas, ofícios, memorandos, diários-oficiais, relatórios, fotografias e demais documentos que subsidiem a pesquisa. A pesquisa documental foi realizada na Prefeitura Municipal de Chavantes, Ministério Público e Ministério da Agricultura, com o levantamento das minutas contratuais, planos de trabalho, memorandos, ofícios, correspondências, relatórios e termos de utilização de implementos.

Estudo de caso se caracteriza pelo estudo bem definido de uma entidade, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer a situação e seus aspectos, com sua essência e características, sem a interferência do observador. Pode ser concebido com uma visão interpretativa, que é a visão por parte dos participantes, ou pragmática, uma visão global e coerente por parte do investigador (FONSECA *apud* GERHARDT, 2009).

Na pesquisa bibliográfica, é realizado o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios impressos e eletrônicos (GERHARDT, 2009). A pesquisa bibliográfica foi feita sobre assuntos pertinentes à pesquisa, como política pública, administração pública, formas de gestão, gestão pública, políticas agrícolas, ações para o desenvolvimento do agronegócio municipal e os programas públicos destinados a este fim. Como fontes, citou-se livros, dissertações, teses, monografias, artigos, leis, contratos e demais documentos que levantem dados e informações sobre os equipamentos destinados à patrulha rural e sua utilização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os anos de 2005 a 2007, três contratos de repasse do Prodesa foram firmados entre o MAPA e a Prefeitura de Chavantes, segundo as minutas contratuais efetuadas pela Caixa entre os dois entes. O contrato SICONV 0188423-69, de 30/12/2005, de valor de R\$ 87.750,00 (oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais), objetivou a aquisição de diversos implementos agrícolas, discriminados conforme Tabela 1. O segundo contrato, SICONV 0202214-49, de 29/12/2006, no valor de R\$ 48.750,00 (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) destinou-se à aquisição de um trator *New Holland*, modelo TS 85. O terceiro contrato, SICONV 0246865-55, no valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais) adquiriu dois caminhões basculantes, conforme os dados dos papéis de trabalho pertinentes a cada contrato. Os dados detalhados de cada contrato estão discriminados no Tabela 2.

Tabela 1 - Utilização mensal de implementos no âmbito do Prodesa, Chavantes, 2015

Implemento / mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Tota l
Calcariadeira		1					1			1	1		4
Carreta tanque 6.500 litros	4												4
Grade aradora							1	1	1		1		4
Grade <i>hommel</i>											1		1
Grade niveladora	1								2			1	4
Pulverizador 800 litros		3			1					1			5
Roçadeira	1									1			2
Subsolador										1			1
Terraceador		1				1							2
Trator agrícola									1				1

Fonte: Prefeitura Municipal de Chavantes, 2015.

O levantamento de dados da utilização mensal dos implementos no ano de 2015 foi efetuado através da sistematização dos Termos de Aluguel de Equipamentos, catalogados na Secretaria Municipal de Abastecimento e Meio Ambiente e nos arquivos da garagem municipal. Os termos, em modelo específico, devem ser preenchidos com as informações do produtor, do implemento alugado, datas de retirada e previsão de retorno, assim como as cláusulas pertinentes ao empréstimo, uso, manutenção e devolução do implemento. Duas vias são devidamente assinadas pelo produtor, uma via protocolada pela Prefeitura em seu poder e uma sob a guarda da municipalidade, sendo essas as fontes para a compilação dos dados explicitados na Tabela 1.

Tabela 2. Detalhamento por contrato de repasse do Prodesa à Chavantes

Contrato	Valor Investimento	Valor Repasse	Valor de Contrapartida	Perc. Contrapartida	Data de Assinatura
0188423-69	R\$ 94.078,11	R\$ 87.750,00	R\$ 2.632,50	3,00%	30/12/2005
0202214-49	R\$ 68.386,62	R\$ 48.750,00	R\$ 19.250,00	39,49%	29/12/2006
0246865-55	R\$ 307.504,05	R\$ 292.500,00	R\$ 8.775,00	3,00%	31/12/2007

Fonte: Caixa Econômica Federal, minutas contratuais.

Os contratos contabilizam um montante repassado de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), e R\$ 30.657,50 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e sete mil reais e cinquenta centavos) de contrapartida pela prefeitura municipal. Em 2015, 13 (treze) diferentes produtores utilizaram os implementos disponibilizados pela municipalidade. Destes, cinco utilizaram mais de um equipamento e mais de uma vez durante o ano civil, conforme Tabela 3. Os demais sete utilizaram um implemento, uma única vez.

Tabela 3. Número de implementos utilizados e quantidades de uso por produtor – 2015.

Produtor	Quantidade de implementos	Quantidade de usos
P1	3	5
P2	3	5
P3	3	3
P4	2	5
P5	2	2
P6..., P13	1	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Chavantes, 2015.

Verifica-se, pelos dados de utilização mensal dos implementos e pelo número de produtores e demanda de utilização, que os maquinários são pouco ou subutilizados, a exemplo da utilização única do subsolador, grade *hommer* e trator agrícola durante o ano de 2015. O período de utilização por empréstimo do equipamento é de sete dias corridos, com possibilidade de renovação por igual período. Portanto, há implementos que foram utilizados por no máximo 14 (quatorze dias) durante o ano.

O número de produtores que utilizam os equipamentos mostra-se baixo, considerando que o número de pessoas que se declararam residentes em área urbana, segundo o Censo 2010 do IBGE, é de 975 (novecentas e setenta e cinco pessoas) em Chavantes. Ressalta-se que há produtores rurais que residem em área urbana da sede ou do distrito de Irapé, não figurando neste número, e que também seriam alvo de utilização dos implementos. Constam em cadastro

municipal oitenta e oito produtores que se enquadram como produtores familiares e há uma associação organizada, denominada “Fruto da Terra”, caracterizando potenciais usuários para os implementos.

As respostas e testemunhos dos produtores à entrevista neles aplicados são importantes para a mensuração de resultados segundo os critérios de análise. As entrevistas ocorreram de maneira informal (aberta), a partir de indagações coerentes ao perfil do produtor e pertinentes ao tema feitas com o objetivo específico da coleta de dados sobre o seu uso dos implementos.

Primeiramente foi traçado o perfil do produtor: se produtor familiar, empresário agrícola, arrendatário, cooperado ou associado; tamanho da propriedade; tipo e variação de culturas; idade; escolaridade e; situação do domicílio. Foram entrevistados cinco produtores no mês de setembro de 2016, priorizando-se aqueles que mais utilizaram os implementos em 2015.

Na primeira questão, de cunho histórico e social, foi indagado se o produtor participou na formulação e elaboração dos Planos de Trabalho que nortearam a aquisição dos implementos, de forma isolada ou organizada por sindicatos, cooperativas. Alguns dos produtores entrevistados relataram participação na elaboração dos projetos de trabalho que nortearam a aquisição dos implementos, visto que os trabalhos foram desenvolvidos entre 2005 e 2007. Houve colaboração daqueles que tinham vinculação com a prefeitura municipal ou a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Segundo relatos, naquela época os produtores eram mais bem associados entre eles e a Coordenadoria melhor gerida, com respaldo desta instituição na elaboração dos projetos e também em outras questões pertinentes à produção agropecuária do município. Outros alegaram não terem participado do processo por não serem residentes do município ou não serem agricultores na época.

A participação de conselhos municipais ou de algum outro tipo de participação democrática é um fator que condiciona um maior desenvolvimento e um melhor direcionamento de recursos e coerência de ações das políticas públicas nos municípios. São importantes instrumentos para a mobilização da sociedade em prol de um objetivo comum, propostas de ações, fiscalização das ações por parte do poder público e até mesmo de denúncias sobre alguma irregularidade constatada. São formas de exercício da cidadania, exercem uma forma de controle sobre o poder público e suas práticas são observadas em municípios que tem maior grau de desenvolvimento social e econômico (DENARDI *et al*, 2000). Mitidieri (2016) ressalta o papel importante que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (Comder) “na coordenação e uso mais eficiente dos implementos”, ou seja, a participação de conselhos municipais ou de algum outro tipo de sociedade civil organizada é importante na fase de

articulação e formulação das ações da política quanto no processo de regulamentação e acompanhamento do uso dos recursos, quando já na fase de aplicação efetiva.

Na segunda questão, são analisados os aspectos de controle da utilização das máquinas e implementos. Os produtores alegam que sentem a necessidade de um profissional para a gestão e administração, coordenação e apoio aos produtores na manutenção e uso dos implementos. Ou seja, os implementos acabam por serem subutilizados pelos produtores que podem não conhecer o funcionamento real do equipamento, e este não ter sua manutenção e uso fiscalizados por um servidor municipal responsável.

A disponibilidade dos equipamentos é satisfatória. Todos os entrevistados relataram que os equipamentos requeridos estavam disponíveis ou foram disponibilizados em tempo hábil a sua utilização, segundo a necessidade temporal do produtor e sua cultura. A manutenção e conservação dos implementos foi citada pela maioria como precária e insatisfatória. Citadas avarias e má funções em diversos implementos, como plantadeira, subsolador, tanque e cultivador. Os reparos, muitas vezes feitos pelos próprios produtores, não são eficientes, mantendo a precariedade do implemento.

Em grande maioria dos municípios, a gestão dos implementos fica a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, em cooperação com os órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural, como o caso da EDR/CATI/SAA no estado de São Paulo. A Secretaria Municipal de Obras é a responsável pela gestão dos implementos em uma parcela menor de casos (MITIDIARI, 2016).

A terceira questão aborda elementos de benefícios diretos e indiretos, com a economia por não ter adquirido implementos e terem melhores condições de uso pela qualidade das estradas, com menor depreciação de seus equipamentos. Declaram serem beneficiados diretamente pelo uso dos implementos, caracterizando como positivo e benéfico a existência e disponibilidade deles para o uso em suas propriedades. Os benefícios diretos são o do uso correto e no momento apropriado a cultura, com maior produtividade pelo uso e adequação da tecnologia. Citaram os valores não invertidos financeiramente nos equipamentos, como R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) em um cultivador, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em uma grade aradora, e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em um pulverizador, que deixaram de ser obtidos no mercado, a juros, ou puderam ser investidos em outros fatores de produção.

Dentre os benefícios indiretos, como conservação de vias e curvas de níveis, terraços, os produtores alegam que é necessária uma intervenção maior do poder público municipal nesse aspecto, com o cascalhamento de vias, reforma de curvas de níveis e conservação de terraços para o melhor tráfego nas vias rurais, com conseqüente melhora no acesso a mercados

fornecedores e consumidores e serviços de terceiros. Alguns produtores relataram o aluguel da patrula municipal e de um operador particular para a realização de trabalhos em suas vias de acesso.

A adequação ao uso e a coerência entre os equipamentos foram discutidas com os produtores, que relatam que os implementos disponíveis são de pequeno porte e baixa capacidade produtiva. Os tratores disponibilizados pela prefeitura são de médio torque. Ao utilizarem o trator com os implementos existentes, há uma perda de força motriz do trator, ou seja, haveria um melhor rendimento se os equipamentos fossem de níveis de produção maiores, com uso adequado aos tratores existentes. Na realidade atual, o índice benefício/custo é baixo.

Na quarta questão estruturada, foi perguntado em relação à qualidade de vida e prosperidade, se os produtores obtiveram acesso à maior padrão de qualidade de vida, se o acesso a serviços é melhor, se há mais condições de produção e fixação na propriedade, por ele e os filhos. Os produtores não vincularam essa realidade ao uso dos equipamentos e seus benefícios, visto que o uso foi específico para determinadas demandas individuais. Grande maioria dos produtores tem outras atividades e rendimentos, residem no município ou tem acesso à área urbana quando necessário.

Os produtores, de uma maneira geral, aprovam a existência do programa e dos implementos por ele foram adquiridos. Houve interferência deles da época de elaboração dos planos de trabalho, o que é um ponto positivo para a efetividade das ações do programa, pois viriam ao encontro a suas necessidades. A Cati teve participação no processo, como apoio técnico aos produtores.

Quando questionados sobre a falta de algum equipamento ou se haveria alguma outra alternativa tecnológica, alegaram que os implementos disponíveis são satisfatórios, porém em estado de conservação precários e com pouca ou nenhuma atenção por parte do poder público, seja de qualquer esfera, em instruir ou acompanhar o seu uso junto com os produtores. A incoerência ou inadequação do porte dos implementos aos tratores disponíveis, inclusive por sua maior inflexibilidade para aluguel (hora máquina contabilizada por tempo corrido, não utilizado, e disponibilidade do operador da prefeitura), inviabiliza o uso do trator por alguns produtores, principalmente os menores ou de áreas mais afastadas.

Em relação à manutenção de estadas rurais, que se caracterizariam como benefícios indiretos e seriam funções a serem executadas pelos dois caminhões basculantes e pelo trator, os produtores queixam-se de que ações mais enérgicas precisam ser realizadas, com maior frequência e principalmente em épocas de chuva, para manter o cascalhamento, níveis e terraços em condições para a circulação nas vias rurais. Os produtores não têm acesso direto aos

caminhões, mas suas demandas devem ser atendidas por ações do poder público, visto que suas atividades podem apenas ser executadas em área rural.

A análise do MAPA (2012) em seu Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011, os investimentos do programa 6003, Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, ao qual o Prodesa está vinculado, o programa constitui-se de importante instrumento de fomento à pequena produção agropecuária, através da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte para o aumento da produção e da produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização da produção.

Segundo o Ministério, o programa apresentou resultados abaixo do esperado, por contingenciamento de recursos, o que impactou na inexecução da fiscalização dos contratos de repasse e no acompanhamento dos resultados. A inadimplência de alguns proponentes também inviabilizou a qualidade de execução das ações.

Em relação à mecanização agrícola, houve uma melhora da infraestrutura disponível. A disponibilidade de patrulhas mecanizadas agrícolas a milhares de municípios “tornou possível o treinamento de agricultores, o uso do equipamento no plantio e a adoção de boas práticas de manejo e conservação de solo, o incremento da produção de alimentos e da segurança alimentar regional” (MAPA, 2012).

Mitidieri (2016), em análise em mais de cinquenta municípios paulistas em seis anos, verificou, de maneira geral, o correto uso dos implementos, com consonância e adequação do uso com o previsto nos planos de trabalho. Inconformidades e pendências são encontradas com devidas notificações ao gestor público, que procede às providências corretivas da questão.

4 CONCLUSÕES

Verificou-se que os contratos celebrados entre o MAPA e a Prefeitura Municipal de Chavantes, via Caixa Econômica Federal, pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, objetivaram a aquisição de maquinário agrícola em seus três eventos entre os anos de 2005 a 2007. Com um montante total de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil) apenas de repasse do Orçamento Geral da União, os maquinários adquiridos se compõem de: implementos agrícolas (grades, pulverizador, terraciador, subsolador, dentre outros); um trator *New Holland* TS 85; e dois caminhões basculantes.

Houve participação dos agricultores e de órgãos estaduais (CATI e Secretaria de

Abastecimento) junto à Prefeitura na época de elaboração dos planos de trabalho entregues ao MAPA para a realização do repasse. Segundo documentos e relatos, os agricultores vinculados a Prefeitura ou a Cati opinaram no direcionamento estrutural dos recursos e os órgãos estaduais, no direcionamento técnico – e estes indicaram quais seriam os melhores implementos e maquinários a serem adquiridos.

Em pesquisa sobre o uso dos implementos em 2015, verificou-se um pequeno uso por parte dos produtores, sendo treze o total de produtores que utilizaram os implementos em vinte e oito eventos durante o ano. Ao serem entrevistados, alegaram não ter dificuldades no acesso aos maquinários, que estes são adequados às necessidades existentes e consideraram favorável a disponibilidade dos implementos pelo poder público, visto que não dispunham de recursos financeiros para sua imobilização em equipamentos próprios e semelhantes.

Citaram como fraquezas: a má conservação dos implementos, de maneira geral, por reparos não efetuados ou efetuados de maneira inadequada; a indisponibilidade de pessoal habilitado pelo poder público para acompanhamento técnico, assistência ao produtor e operacionalização das máquinas e; a inadequação no porte dos implementos com o maquinário, ou seja, os implementos da patrulha rural são pequenos em relação ao porte e potência dos tratores, com uma baixa eficiência operacional.

Em relação aos caminhões, contrato de maior vulto financeiro dentre os três celebrados, há a necessidade, segundo os produtores, de uma intervenção mais efetiva destes na área rural, seja em ações para o cascalhamento das vias rurais, destinação principal de ações dos caminhões segundo informações dos gestores municipais, seja para ações logísticas no apoio aos produtores para o preparo, plantio, colheita ou recuperação de solo em suas propriedades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº1/92 a 53/2006 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília, 2007.

_____. **CAIXA. Contrato de repasse nº 0188423-69/2005/MAPA/CAIXA**, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário. Presidente Prudente, 2005.

_____. **Contrato de repasse nº 0202214-49/2006/MAPA/CAIXA**, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário. Bauru, 2006.

_____. **Contrato de repasse nº 0246865-55/2007/MAPA/CAIXA**, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário. Bauru, 2007.

_____, **Prodesa**. Disponível em

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/prodesa/saiba_mais.asp. Acesso em 03/05/2016.

CHAVANTES. Termos de compromisso para utilização de implementos agrícolas.

Secretaria Municipal de Abastecimento e Meio Ambiente e Secretaria de Obras. Documentos oficiais, Chavantes, 2015.

CHIAVENATO, I. Administração Geral e Pública (Serie Provas e Concursos) Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.

DENARDI, R. A. et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná. EMATER-PR. Curitiba, 2000.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Série Educação à Distância. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Chavantes: Censo 2010 em Banco de dados cidades@. Disponível em

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355720>. Acesso em 21/09/2016.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Secretaria Executiva. Relatório de execução do período plano plurianual 2008-2011. Brasília, 2012.

MITIDIARI, F. J. Programa de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário (Prodesa). Revista de Política Agrícola, Ano XXV – nº 1, Jan./Fev./Mar. 2016. Brasília, 2016.

PAULA. A. P. de. Por uma nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, Editora FGV 2007.

PALUDO, A. V. Administração Pública: Teoria e questões. 2ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PERDICARIS, P. R. Gestão para resultados como política pública: Uma análise da formação da agenda e formulação de alternativas em municípios brasileiros. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2009.

SCHOMMER, P. C., NUNES, J. T., MORAES, R. L. Accountability, Controle Social e Coprodução do Bem Público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. Revista da AGU: Gestão Pública Democrática. Escola da Advocacia Geral da União, nº 18, maio/junho 2012, p 229-259. Brasília, 2012.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Texto conceitual. Disponível em

www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 17/09/2016.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 14ª edição. São Paulo, Atlas, 2013.

XAVIER, Manoel Quaresma. **Orçamento Público**. Curso de especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Estadual de Maringá. Apostila. 2001.